

UGESTÃO Nº DE



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:

CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL
CONDESESUL

DATA DE ENTRADA

24/10/2007

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei coibindo o uso de embalagens que poluem demasiadamente o meio ambiente.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

CNPJ: 03.005.604/0001-19

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (**X**) Outros (CONSELHO)

Endereço: Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,
s/nº, Centro

Cidade: Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

Fone: (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

Correio-eletrônico: andreluis_melo@yahoo.com

Responsáveis: Presidente Zoilda da Paz

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 24 de Outubro de 2007.

Amílcar Amaral Couto
Secretário em exercício

Coíbe o uso de embalagens que poluem demasiadamente o meio ambiente.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais devem usar embalagens biodegradáveis para acondicionamento dos produtos adquiridos pelos seus clientes.

Parágrafo único. O descumprimento desta medida implicará no pagamento de multa de um salário mínimo por embalagem indevidamente utilizada.

Art. 2º. A multa poderá ser aplicada pelo órgão de defesa ambiental municipal e subsidiariamente pelos Estaduais, inclusive o Ministério Público, devendo a quantia reverter para o Fundo ambiental.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor 180 dias após a sua publicação.

Justificativa:

A presente sugestão visa estimular o uso de embalagens biodegradáveis, as quais já existem no mercado e reduzem o prazo de decomposição da embalagem de cem anos para um ano, logo reduzem significativamente o dano ambiental.

A proposta evita definir uma modalidade de embalagem biodegradável em razão da evolução tecnológica e até mesmo para não ser direcionável.

Destaca-se ainda que o problema com as embalagens práticas vem preocupando vários países e já há até proibições de utilização de algumas modalidades.

Em São Paulo foi aprovada a Lei 534/07 que força o uso de embalagens biodegradáveis e outros estados estudam medidas similares.